

Jutahy teme recuo na reforma agrária

Jornal de Brasília

Gerson Menezes

O senador Jutahy Magalhães (PFL-BAT) manifestou

ontem a preocupação de que o governo recue na sua intenção de promover uma verdadeira reforma agrária no País, em função de pressões

que, segundo enfatiza, são totalmente descabidas, por partirem de setores que não se dão sequer ao trabalho de analisar e debater esse

programa, quando então teriam a oportunidade de verificar que há muitos equívocos em torno da proposta, que geram apreen-

sões sem nenhum fundamento.

Para o senador, a rejeição à reforma agrária é consequência do "imobilismo" que ain-

da predomina no País por parte de pessoas que "rejeitam qualquer tipo de mudança", mas é culpa também dos partidos políticos,

que não estão se engajando na proposta anunciada pelo governo. Ele observa que os três maiores partidos brasileiros (PMDB, PFL e PDS),

dois dos quais apoiam o governo, mostram-se alheios à matéria devido à grande penetração na área rural, onde detêm bases de sustentação. Observa, por exemplo, que o PMDB concentra forças junto ao eleitorado das capitais, mas nem por isso deixa de ter estreitas ligações com as burguesias rurais e os grandes latifundiários.

O receio de que seja implantada apenas uma "máscara" de reforma agrária, na expressão do senador, não é exagerado. Ele observa que a linguagem "já começa a mudar" e até "nomes diferentes" começam a surgir em relação à proposta original, "e quando se começa a fazer certas concessões, há que se temer esse recuo". Enfatiza ainda que houve erros tanto por parte do governo, que lançou o programa de forma errada, como por parte da própria Igreja, com "declarações infelizes", como a de Dom Ivo Lorscheider, defendendo a desapropriação até de terras produtivas.

Unanimidade

"Nunca vi uma unanimidade tão divergente", ironiza Jutahy Magalhães, observando que não há quem não defenda uma reforma agrária, mas igualmente não há quem não coloque objeções que acabam se revelando sem fundamento algum. Ele observa que o principal argumento dos que se opõem a esse programa é o de que é preciso dar ao País uma política agrícola e promover uma reforma fundiária, como se esses dois fatores pudessem impedir a reforma. "Não podemos — observa — devido a essas duas necessidades conhecidas, esquecer a reforma agrária como um todo, porque as três providências podem muito bem ser tomadas concomitantemente. Uma coisa não pode ser motivo para delongas em relação a outra. Muito pelo contrário: as três mudanças devem ser feitas ao mesmo tempo, para se alcançar um bom resultado".

A "desculpa" passa a ser, então, a "metodologia" de aplicação da reforma agrária, segundo enfatiza, ou a suposta "inopportunidade" da medida, quando, ao contrário disso — salienta o senador — "já estamos chegando tarde". Ele observa que não se deve de fato falar em reforma agrária esquecendo-se de política agrária, reforma fundiária, problemas como transporte, armazenamento, produção de alimentos e sua distribuição.

Jutahy Magalhães aponta o que pode ser interpretado quase como uma "neurose" rural em relação a qualquer proposta que signifique alguma mudança na política fundiária. Ele recorda que, ainda no governo Figueiredo, apresentou substitutivo a um projeto sobre usucapião especial, referente à desapropriação de terras públicas. Esse projeto — observa — não incluía nada que pudesse prejudicar interesses de latifundiários, mas mesmo assim houve fortíssima reação e ele foi chamado até de "comunista" na época.

Isso é uma prova — acrescenta — de que o imobilismo em relação a essas mudanças é gerado por um total desconhecimento do que está sendo proposto. Não há interesse por parte dos partidos políticos, por exemplo, em debater intensamente o programa de reforma agrária, quando então se verificaria — observa Jutahy Magalhães — que não há nenhuma intenção de desapropriar terras produtivas. Houve também um erro grave por parte do governo logo de início — prossegue — quando anunciou que seria dada prioridade às terras onde há conflitos, o que aparentemente geraria um incentivo a esses conflitos. Todos esses equívocos, segundo o senador, já foram devidamente corrigidos, mas deram argumentos àqueles que são contra a reforma agrária para ficarem "batendo na mesma tecla" o tempo todo.

Após enfatizar que o Brasil terá, em 1990, 11 milhões de desempregados, mesmo que seja atingida a meta anunciada pelo governo Sarney de crescimento do PIB em 5% ao ano, a partir de 1985, o senador Jutahy Magalhães observa que uma reforma agrária bem realizada seria a melhor providência para canalizar para o campo esses enormes contingentes de mão-de-obra que, não tendo ocupação, acaba se marginalizando, nos grandes centros.